

VENEZUELA: UM PROCESSO DE SAÍDA DO REGIONALISMO?

André Leite Araujo

O ano de 2017 foi marcado pelo aprofundamento das crises internas na Venezuela – política, econômica, social e institucional – e, também, pela deterioração de suas relações com o entorno regional, ocasionada por múltiplos motivos. Assim, entre outras razões, a conjuntura de isolamento internacional se desenvolveu devido aos conflitos entre Caracas e os governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, do Panamá e do Peru, para citar alguns episódios. Apesar de cada caso ser ocasionado por uma miríade de razões, nota-se uma polarização política e divergência ideológica dos demais países em relação à gestão de Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido de Venezuela – PSUV) principalmente após a convocação da Assembleia Constituinte, assim como o argumento venezuelano de defesa de sua soberania nacional e direito à não ingerência estrangeira sobre seus assuntos internos.

No que se refere ao regionalismo na América, os dois acontecimentos mais marcantes, em 2017, foram o pedido de retirada da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a segunda suspensão do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Diante das crescentes tensões entre a Venezuela e a OEA – liderada pelo Secretário-Geral Luis Almagro, ex-Ministro de Relações Exteriores do Uruguai –, entende-se que a opção por se retirar da organização foi uma estratégia para evitar uma possível expulsão e deslegitimar eventuais ações que pudessem ser tomadas contra a Venezuela. Desse modo, não lhe corresponderia mais obedecer ou sofrer sanções providas da OEA. De igual maneira, impossibilita sofrer expulsão semelhante à que foi imposta sobre Cuba, em janeiro de 1962, e mantém o discurso de garantir sua autodeterminação.

Indubitavelmente, isso deve ser lido à luz das relações com os Estados Unidos que historicamente instrumentalizaram a OEA para atingir seus objetivos de política externa, buscando o respaldo da institucionalidade com os demais Estados americanos. Com a redefinição da estratégia de Washington para a América Latina, a reafirmação de sua presença e a relação conflitiva com o governo de Maduro, a OEA foi espaço de inúmeras discussões sobre a vigência da democracia na Venezuela e as acusações de violação dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, a aplicabilidade da cláusula democrática. Segundo a carta de Maduro, endereçada a Almagro, a OEA se converteu em “instrumento infame al servicio de intereses hegemónicos imperiales” e “vehículo de intervenciones” (MOROS, 2017). Isso porque, no entendimento do governo venezuelano, a OEA articulava a desestabilização e queda do governo.

Sendo assim, criada em 1948, a OEA lida com o inédito caso de um membro que denunciou sua Carta, solicitando a cessação de suas ligações com dito arranjo regional. Está previsto no seu artigo 143 que o prazo é de 2 anos, contados a partir da notificação à Secretaria Geral. Dessa maneira, em 2019 o processo deve ser completado e a OEA ser reduzida a 34 membros.

No Mercosul, Caracas sofreu duas suspensões: a primeira em dezembro de 2016 e a segunda em agosto de 2017. Sem as presenças dos presidentes, mas sim de seus chanceleres, ambas foram tomadas por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, após o afastamento destes em relação à Venezuela, apesar de haver tido inicial relutância por parte do governo uruguaio. Na primeira decisão, houve a interrupção de direitos, argumentada devido ao fato de a Venezuela não haver internalizado a normativa do Mercosul, conforme o prazo previsto no seu Protocolo de Adesão, vigente desde 2012. Assim, aparenta ser mais técnica do que o conteúdo da segunda suspensão, mas foi uma medida tomada após um semestre de disputas institucionais, pois a presidência pro tempore venezuelana não foi reconhecida pelos demais membros, entre outros conflitos que se acentuaram a partir da posse de Mauricio Macri, na Argentina, e da mudança na presidência brasileira, com Michel Temer. Paralelamente, no nível doméstico venezuelano, havia uma crise institucional, envolvendo o Legislativo, desde 2015, que havia dificultado a harmonização jurídica, que tampouco foi completada por nenhum outro membro.

Diferentemente do Paraguai que ficou suspenso entre 2012 e 2013, a partir de uma única decisão, a Venezuela sofreu uma segunda medida, porque em 2017 foi novamente suspensa. Desta vez, de todos seus direitos e obrigações, considerando o previsto no Protocolo de Ushuaia e o entendimento de que havia ocorrido a quebra da ordem democrática no país. Dessa forma, é uma deliberação que opera no campo político, a partir da interpretação sobre a situação doméstica na Venezuela, mas que reflete também a conjuntura pela qual o Mercosul vinha passando nos últimos tempos. Além disso, evidencia a alteração na condição venezuelana no momento de seu ingresso, assinado em 2006, e o contexto contemporâneo. As mudanças nos níveis nacionais, regional e mundial modificaram os resultados do projeto que havia sido impulsionado anos antes (RUIZ, 2010, p. 92). Não menos importante, os acontecimentos da relação da Venezuela dentro do Mercosul influenciam e criam precedentes para as futuras incorporações de membros plenos – como é o caso da Bolívia, em tramitação no Congresso brasileiro –, pois a Venezuela foi a primeira e, até o momento, única ampliação de Estados-parte em mais de 25 anos de existência do Mercosul.

Ademais dos episódios do Mercosul e da OEA, vale mencionar também o histórico da Venezuela com a Comunidade Andina (CAN), originalmente Pacto Andino. Fundada em 1973, a CAN assistiu seu primeiro alargamento com a adesão da Venezuela, em 1973, e sua primeira saída em 1976, devido à ruptura do Chile. Posteriormente, em 2006, no mesmo contexto em que a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao Mercosul, Caracas denunciou o Acordo de Cartagena e saiu da CAN (COMUNIDAD ANDINA, 2017). Dessa maneira, pouco após a derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e criticando os acordos de livre comércio feitos com Washington, a presidência de Hugo Chávez consolidou seu afastamento geopolítico em relação a esses países e aproximou-se dos chamados “governos progressistas” da América do Sul, apostando no ingresso ao Mercosul e no potencial de transformá-lo. Para Arellano (2013, p. 10) foi uma estratégia de isolar-se de compromissos comerciais que limitavam sua capacidade de ação.

Além disso, vale ressaltar a diferença na ação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2016 e 2017. Com a vacância do cargo de Secretário-Geral, após a saída do colombiano Ernesto Samper, no início de 2017, a Unasul não retomou o papel de mediadora na crise política da Venezuela, pois no ano anterior – diferentemente da conduta da OEA – havia impulsionado mesas de diálogo entre governo e oposição até a

principal coalizão opositora, Mesa de la Unidad Democrática, abandonar as negociações (EL OBSERVADOR, 2017). Tal realidade difere do período entre 2008 e 2012, quando a Unasul – apoiada pelos membros da região, inclusive o governo venezuelano – assumiu o protagonismo de gerir as crises na América do Sul (KERSFFELD, 2013).

Em outro eixo de ação da diplomacia venezuelana, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) não tem continuidade territorial entre os membros – o que difere dos casos tradicionais de integração regional – e atualmente tem 11 membros (Honduras retirou-se), articulando importantes aliados de Caracas na região. Dessa maneira, foi um dos principais arranjos no período chavista e sustentado com os recursos do petróleo. Entretanto, no recente cenário de instabilidade e na concentração de esforços sobre as questões nacionais, a ALBA-TCP perdeu capacidade de projeção internacional. E, desde a posse de Donald Trump como presidente estadunidense, os conflitos com Caracas e Havana se intensificaram, o que leva a uma reconfiguração do cenário regional. Contudo, a virtual ausência de recursos para bancar a ALBA-TCP diminui as possibilidades de usá-la como instrumento de proteção ante os Estados Unidos.

Frente ao exposto, percebemos uma multiplicidade de processos de regionalismo, que foram desenhados e acomodam distintos projetos econômicos, políticos e sociais, conforme cada caso. Ao desenvolver a intitulada Revolução Bolivariana, a Venezuela propôs alterações aos modelos usualmente defendidos nos esquemas de integração existentes, tanto pela fundação de novos arranjos, como ALBA-TCP, Unasul e CELAC, quanto pelo plano reformista no Mercosul. Foi também nesse contexto de maior estabilidade que Caracas anunciou sua saída da CAN, simbolizando uma ruptura com o projeto de regionalismo aberto.

No contexto mais recente, caracterizado pelas crises, apesar da continuidade da presença em outros esquemas de integração, notou-se a saída venezuelana de dois processos: OEA e Mercosul. No primeiro caso, está em curso uma retirada definitiva e que foi pedida pela própria Venezuela. Por outro lado, em relação ao Mercosul, houve uma suspensão por tempo indefinido – porque o retorno depende da avaliação dos demais membros – que não foi solicitada pela diplomacia venezuelana, mas sim imposta pelos outros Estados-parte. Isso posto, o afastamento das instituições regionais não é uma ação isolada em si mesma, mas deve ser contextualizado no relacionamento com a

região. Neste caso, analisa-se uma perda de apoios dos Estados vizinhos, tanto por questões políticas quanto econômicas, o que estimulou o isolamento internacional de Caracas, impulsionado também pelo movimento dos Estados Unidos e da União Europeia. Em outros termos, apesar da questão geográfica, a interação com o entorno regional sofreu alterações marcantes, refletidas nos acontecimentos no Mercosul e na OEA.

Sendo assim, o estudo sobre a Venezuela suscita questionamentos sobre o que o país pode ganhar ao sair de um esquema de integração, isto é, porque é preferível estar fora do que dentro das instituições. O discurso do governo de Maduro assume um tom nacionalista em defesa da sua soberania e do direito de seguir os rumos que sejam decididos internamente, assim como de proteção do projeto socioeconômico que foi implementado a partir de 1999. Portanto, ao seguir um modelo alternativo de desenvolvimento, em conflito principalmente com as potências de capitalismo avançado, essa seria uma estratégia de garantia da manutenção do programa e do governo do PSUV, sem limitações da institucionalidade coletiva. De outro ponto de vista, os países vizinhos interessados poderiam ter ganhos ao executar suas políticas internacionais sem os posicionamentos da Venezuela dentro das instituições, ao pressionar por mudanças políticas nos assuntos domésticos venezuelanos e ao isentar-se de responsabilidade junto ao governo venezuelano – cuja imagem negativa vem sendo construída junto à mídia e à opinião pública.

Contudo, ao ter uma perspectiva histórica do regionalismo, percebe-se que essa situação pode ser alterada conforme diferentes conjunturas políticas. Assim, tanto é possível “voltar atrás” nos processos de regionalismo, quanto retomá-los no futuro ou criar novos arranjos, pois as condições atuais não são permanentes.

André Leite Araujo

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP e bacharelado em História pela USP. E-mail: andre@araujo.me

REFERÊNCIAS

ARELLANO, Félix Gerardo. La entrada de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR): Implicaciones políticas y económicas. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2013.

COMUNIDAD ANDINA. Portal de la Comunidad Andina. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/index.aspx>>. Acesso em: 8 out. 2017.

EL OBSERVADOR. Unasur, el gran ausente en la crisis venezolana. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/unasur-el-gran-ausente-la-crisis-venezolana-n1103940>>. Acesso em: 8 out. 2017.

KERSFFELD, Daniel. El papel de la UNASUR ante los conflictos internacionales: dos estudios de caso. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, México, n. 218, 2013.

MOROS, Nicolás Maduro. Carta. Caracas, abr. 2017.

RUIZ, José Briceño. O Mercosul na política de integração de Venezuela. Civitas, v. 10, n. 1, jan./abr. 2010.